

Handwritten signature or initials.



CIMLT
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO



**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO DE 2019**



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	3
1 - INTRODUÇÃO	4
2 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	5
3 – ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO	6
3.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA	6
3.2 – BALANÇO CONSOLIDADO	7
3.3 – FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS	8
3.4 – INDICADORES.....	10
3.5 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E PERSPETIVAS FUTURAS.....	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	11
1 - BALANÇO CONSOLIDADO	12
2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA	15
3 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	16
4 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	17
4.1 – INTRODUÇÃO	17
Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	17
Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	18
Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	18
Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos.....	19
Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	19
Nota 6. Informações relativas a compromissos	21
Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas.....	21
Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas	22
Nota 9. Informações diversas	26
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	28



Handwritten signature and initials.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2019

1 - INTRODUÇÃO

A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante abreviada por CIMLT) apresenta os documentos de prestação de contas consolidadas relativamente ao exercício de 2019.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo particularmente relevante o referido no n.º 6 desta Lei, que se transcreve: "Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal."

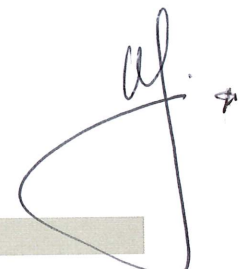
O artigo 7.º da Lei n.º 50/2012 acima referido, indica, no seu n.º 1, que: "As sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas pessoas coletivas de direito público integram-se no setor empresarial da entidade que, no conjunto das participações de natureza pública, seja titular da maior participação ou que exerça qualquer outro tipo de influência dominante."

A CIMLT, apesar de não ter influência dominante nem significativa e não ser o titular da maior participação na entidade participada referida no ponto 2, apresenta as contas consolidadas.

Os princípios, procedimentos e métodos de consolidação utilizados na preparação destes documentos, bem como os modelos a adaptar para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas constam da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 "*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*", das instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos municípios referentes ao exercício de 2010 e seguintes (durante a vigência do regime transitório previsto na Portaria atrás referida) e subsidiariamente pelos normativos contabilísticos aplicáveis individualmente às entidades do Grupo – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Sistema de Normalização Contabilística.

Relativamente aos métodos de consolidação, os normativos acima referidos preveem:

- ❖ método da simples agregação – aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- ❖ método da consolidação integral – aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência dominante por parte da entidade consolidante.
- ❖ método da equivalência patrimonial (MEP) - aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência significativa por parte da entidade consolidante ou quando não se aplica um dos métodos anteriores.



2 - ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O conjunto consolidável e o método de consolidação a adotar, definidos em função do controlo ou influência exercida pela CIMLT são os seguintes:

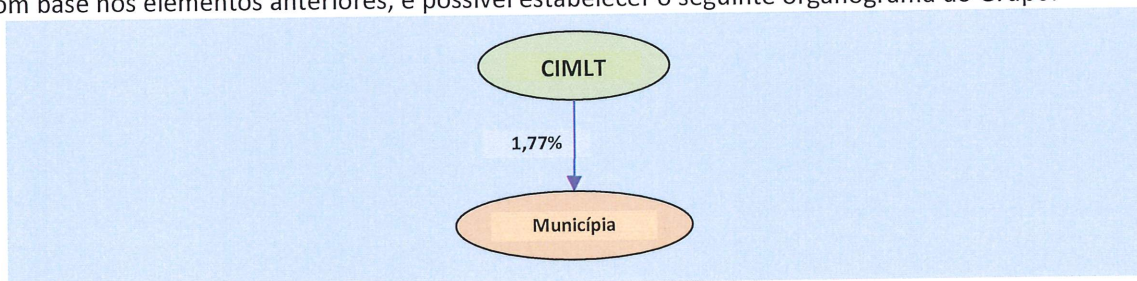
COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CONSOLIDÁVEL E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO A ADOTAR

Participação		% de Participação	% de Controlo	Entidade a Consolidar	Método de Consolidação
De	Em				
CIMLT	Município	1,77	1,77	Sim	MEP

Em função da percentagem de controlo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação foram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. (Município), apesar desta entidade ser entidade “meramente participada”, ou seja, na qual a entidade participante não exerce, nem controlo, nem influência significativa.

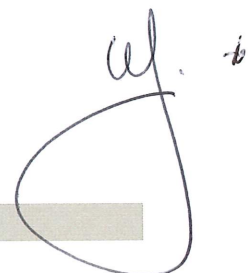
Por se tratar de entidade do setor empresarial local e face à participação detida pela CIMLT, a mesma foi considerada nas contas do Grupo através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Com base nos elementos anteriores, é possível estabelecer o seguinte organograma do Grupo:



Em função do Grupo, para efeitos de consolidação de contas, foram efetuados os movimentos abaixo descritos diretamente sobre as contas individuais da entidade-mãe, por aplicação do MEP (em €):

2019	Município
Relatório e Contas de 2019	
1. Total dos capitais próprios 2019	3 207 300,96
2. Resultado Líquido do Período 2019	-103 647,02
3. Total dos capitais próprios 2018	3 342 947,98
4. Participação reconhecida 2018	59 170,18
5. Quota parte na Situação Líquida Ajustada ((1.-2.) * % participação)	58 603,78
6. Ajustamento por variação da Situação Líquida Ajustada e alteração da % de participação	-566,40
7. Quota parte no Resultado Líquido do Período (2. * % participação)	-1 834,55
<u>Contas movimentadas:</u>	
C 411 – Partes de Capital	2 400,95
D 55 – Ajustamentos de Capital	566,40
D 682 – Custos e Perdas Financeiras - Perdas em Ent. Participadas	1 834,55



3 – ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO

O presente ponto tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados alcançados pelo Grupo ao longo do exercício de 2019, bem como da sua situação económica e financeira no final do exercício.

3.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

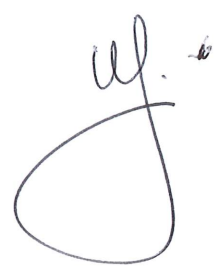
Relativamente à componente económica, apresenta-se o quadro seguinte:

		(em €)				
		2019	%	2018	%	Var. %
PROVEITOS OPERACIONAIS						
1	Vendas e Prestações de Serviços	0,00	0,00	879,17	0,05	-100,00
2	Impostos e Taxas	100 488,80	2,89	88 425,60	4,96	13,64
3	Transferências e Subsídios Obtidos	3 371 338,48	97,11	1 692 868,58	94,99	99,15
4	Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....		3 471 827,28	100,00	1 782 173,35	100,00	94,81
CUSTOS OPERACIONAIS						
5	CMVMC	0,00	0,00	0,00	0,00	-
6	FSE	1 309 643,85	36,47	976 085,65	53,38	34,17
7	Custos com o Pessoal	968 436,70	26,97	713 942,48	39,05	35,65
8	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1 040 400,38	28,97	0,00	0,00	-
9	Amortizações do Exercício	272 267,39	7,58	85 313,59	4,67	219,14
10	Provisões do Exercício	0,00	0,00	53 167,23	2,91	-100,00
11	Outros Custos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....		3 590 748,32	100,00	1 828 508,95	100,00	96,38
RESULTADOS						
12	Resultados Operacionais	-118 921,04	-	-46 335,60	-	-156,65
13	Resultados Financeiros	-2 079,63	-	-110,82	-	-1 776,59
14	Resultados Correntes (12 +/- 13)	-121 000,67	-	-46 446,42	-	-160,52
15	Resultados Extraordinários	197 026,62	-	29 911,19	-	558,71
16	Resultados Antes de Impostos (14 +/- 15)	76 025,95	-	-16 535,23	-	559,78
17	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	76 025,95	-	-16 535,23	-	559,78

Em relação aos proveitos operacionais, constata-se que as “Transferências e Subsídios Obtidos” representam 97,11% dos proveitos operacionais do Grupo, sendo as que mais contribuíram para o crescimento destes (+99,15%), relativamente ao ano transato.

Os fornecimentos e serviços externos representam 36,47% da estrutura de custos operacionais, seguindo-se as transferências correntes (28,97%), tendo ambos crescido face ao ano transato.

No que respeita à formação e apuramento dos resultados, os resultados operacionais e financeiros contribuíram negativamente para o resultado consolidado líquido do exercício que foi positivo em € 76.025,95.



3.2 – BALANÇO CONSOLIDADO

No que diz respeito à componente financeira, apresenta-se o seguinte quadro:

		(em €)				
		2019	%	2018	%	Var. %
ATIVO						
1	Ativo Fixo (Líquido de Amortizações e Provisões Acumuladas)	1 529 908,96	38,65	2 797 020,19	58,88	-45,30
2	Ativo Circulante	2 428 254,10	61,35	1 952 955,69	41,12	24,34
2.1	Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2	Realizável	144 429,14	3,65	64 330,16	1,35	124,51
2.2.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2.2	a Curto Prazo	144 429,14	3,65	64 330,16	1,35	124,51
2.3	Disponível	1 342 350,08	33,91	1 308 060,16	27,54	2,62
2.4	Acréscimos e Diferimentos	941 474,88	23,79	580 565,37	12,22	62,17
	TOTAL DO ATIVO.....	3 958 163,06	100,00	4 749 975,88	100,00	-16,67
FUNDOS PRÓPRIOS						
3	Património	2 658 721,17	92,95	2 675 256,40	96,06	-0,62
4	Ajustamento de partes de capital em Empresas	2 097,46	0,07	2 663,86	0,10	-21,26
5	Reservas	123 635,56	4,32	123 635,56	4,44	0,00
6	Resultados Transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	76 025,95	2,66	-16 535,23	-0,59	559,78
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	2 860 480,14	100,00	2 785 020,59	100,00	2,71
PASSIVO						
8	Provisões	1 097 682,92	100,00	1 964 955,29	100,00	-44,14
9	Exigível	0,00	0,00	53 167,23	2,71	-100,00
9.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
9.2	a Curto Prazo	28 974,60	2,64	27 320,19	1,39	6,06
10	Acréscimos e Diferimentos	1 068 708,32	97,36	1 884 467,87	95,90	-43,29
	TOTAL DO PASSIVO.....	1 097 682,92	100,00	1 964 955,29	100,00	-44,14

O ativo líquido do Grupo fixou-se em € 3.958.163,06, repartidos em ativo fixo (38,65%), que decresceu 45,30%, e ativo circulante (61,35%).

O passivo do Grupo, que verificou um decréscimo de 44,14% face ao ano transato, totalizou € 1.097.682,92. É composto, quase em exclusivo, por acréscimos e diferimentos (97,36%), em particular, proveitos diferidos referentes a subsídios para investimentos (cofinanciamentos no âmbito de candidaturas de projetos a fundos comunitários).

O exigível a curto prazo é praticamente residual (2,64%).



3.3 – FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS

A síntese do mapa de fluxos de caixa orçamentais consolidados encontra-se apresentada na página seguinte. Nela podemos verificar que as receitas arrecadadas pelo Grupo totalizaram € 3.418.093,79, repartidas em receitas de naturezas corrente € 3.127.499,78 (91,50%) e capital/outras receitas € 290.594,01 (8,50%).

À semelhança do referido ao nível dos proveitos, os recebimentos do Grupo mais relevantes foram as transferências correntes e de capital (96,86%).

No tocante às despesas pagas, estas atingiram o valor de € 3.384.005,12, tendo as despesas correntes e de capital representado 92,25% e 7,75%, respetivamente.

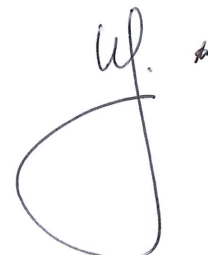
Os agrupamentos mais representativos relativamente ao total dos pagamentos efetuados foram os da aquisição de bens e serviços (32,64%), das transferências correntes (30,74%) e das despesas com o pessoal (28,86%).

O saldo orçamental, transitado, para a gerência seguinte, é de € 1.328.306,60.



SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS

RECEITA	VALOR (€)	%	DESPA	VALOR (€)	%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 294 217,93		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	1 328 306,60	
RECEITAS ORÇAMENTAIS	3 418 093,79	100,00	DESPESAS ORÇAMENTAIS	3 384 005,12	100,00
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos Diretos	0,00	0,00	01 Despesas com Pessoal	976 483,79	28,86
02 Impostos Indiretos	0,00	0,00	02 Aquisição de Bens e Serviços	1 104 522,83	32,64
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	100 054,80	2,93	03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00
05 Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00	04 Transferências Correntes	1 040 400,38	30,74
06 Transferências Correntes	3 022 262,75	88,42	05 Subsídios	0,00	0,00
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	0,00	0,00	06 Outras Despesas Correntes	245,08	0,01
08 Outras Receitas Correntes	5 182,23	0,15			
RECEITAS CORRENTES	3 127 499,78	91,50	DESPESAS CORRENTES	3 121 652,08	92,25
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	1 200,00	0,04	07 Aquisição de Bens de Capital	262 353,04	7,75
10 Transferências de Capital	288 560,11	8,44	08 Transferências de Capital	0,00	0,00
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	09 Ativos Financeiros	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	10 Passivos Financeiros	0,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	289 760,11	8,48	DESPESAS DE CAPITAL	262 353,04	7,75
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	833,90	0,02			
OUTRAS RECEITAS	833,90	0,02			
TOTAL	4 712 311,72		TOTAL	4 712 311,72	



3.4 – INDICADORES

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores económico-financeiros do Grupo:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DO GRUPO

INDICADOR		2019
1-	Liquidez Geral (%)	<u>Ativo Circulante</u>
		Exigível a Curto Prazo
		5 131,32
2-	Liquidez Imediata (%)	<u>Disponível</u>
		Exigível a Curto Prazo
		4 632,85
3-	Autonomia Financeira (%)	<u>Fundos Próprios</u>
		Ativo Total
		72,27
4-	Endividamento (%)	<u>Exigível a C/M/L Prazo</u>
		Fundos Próprios e Passivo
		0,73
5-	Cobertura do Passivo pelo Ativo (%)	<u>Ativo Total</u>
		Passivo Total
		360,59
6-	Relação entre Património e Ativo Total (%)	<u>Património</u>
		Ativo Total
		67,17
7-	Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<u>RCLE</u>
		Fundos Próprios
		2,66
8-	Rentabilidade do Ativo Fixo (%)	<u>RCLE</u>
		Ativo Fixo
		4,97
9-	Rentabilidade Global (%)	<u>RCLE</u>
		Ativo Total
		1,92
10-	EBITDA (€)	Resultados Antes de Amortizações, Juros e Impostos
		153 346,35

Os indicadores de liquidez evidenciam que o ativo circulante ou parte dele permitem assegurar integralmente os compromissos assumidos e exigíveis no curto prazo, em particular, resultado do exigível de curto prazo ser praticamente residual quando confrontado com as disponibilidades.

Os rácios de autonomia financeira e endividamento estão interligados e são bastante positivos, pelos fundos próprios representarem mais de metade do conjunto fundos próprios e passivo.

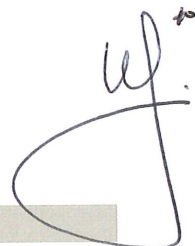
3.5 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E PERSPETIVAS FUTURAS

O Grupo tem como objetivo dar continuidade à atividade que tem vindo a desenvolver. No entanto, dentro dos condicionalismos decorrentes da crise pandémica iniciada em março de 2020, cujos impactos ainda não são previsíveis (ver nota 9 do Anexo).

cel. ^{to}

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

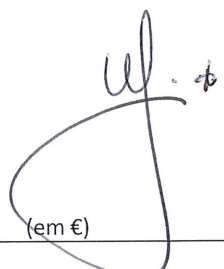
2019


1 - BALANÇO CONSOLIDADO

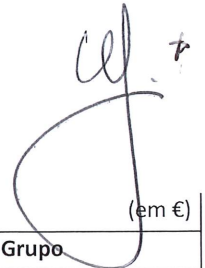
(em €)

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo			
		2019			2018
		AB	AP	AL	
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infraestruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	1 521 174,24	1 176 308,82	344 865,42	341 042,11
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1 521 174,24	1 176 308,82	344 865,42	341 042,11
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	758 635,97	307 843,48	450 792,49	469 355,09
423	Equipamento básico	790 620,31	537 627,07	252 993,24	181 792,43
424	Equipamento de transporte	101 703,27	53 937,05	47 766,22	7 333,70
425	Ferramentas e utensílios	14 608,57	14 190,63	417,94	588,34
426	Equipamento administrativo	206 763,51	182 189,59	24 573,92	34 042,14
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	148 674,92	148 674,92	0,00	0,00
442	Imobilizações em curso	351 730,50	0,00	351 730,50	1 703 696,20
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		2 372 737,05	1 244 462,74	1 128 274,31	2 396 807,90
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	56 769,23	0,00	56 769,23	59 170,18
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		56 769,23	0,00	56 769,23	59 170,18
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				

(em €)




Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo			
		2019			2018
		AB	AP	AL	
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c				
212	Contribuintes, c/c				434,00
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	793,22	0,00	793,22	793,22
264	Administração autárquica				
262+263+ 267+268	Outros devedores	143 635,92	0,00	143 635,92	63 102,94
		144 429,14	0,00	144 429,14	64 330,16
	Títulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1 342 350,08	0,00	1 342 350,08	1 308 060,16
11	Caixa				
		1 342 350,08	0,00	1 342 350,08	1 308 060,16
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	895 105,53	0,00	895 105,53	417 623,04
272	Custos diferidos	46 369,35	0,00	46 369,35	162 942,33
		941 474,88	0,00	941 474,88	580 565,37
	Total das amortizações		2 420 771,56		
	Total das provisões		0,00		
	Total do ativo	6 378 934,62	2 420 771,56	3 958 163,06	4 749 975,88

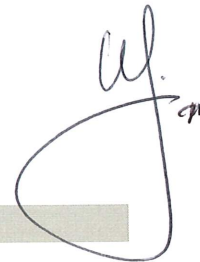


(em €)

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Grupo	
		2019	2018
	Fundos próprios		
51	Património	2 658 721,17	2 675 256,40
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	2 097,46	2 663,86
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	119 926,00	119 926,00
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3 709,56	3.709,56
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		
59	Resultados transitados		
88	Resultado líquido do exercício	76 025,95	-16 535,23
	Total dos fundos próprios	2 860 480,14	2 785 020,59
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		53 167,23
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos		
2612	Fornecedores de imobilizado, c/c		
268	Outros credores		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	1 576,31	3 070,16
228+2618	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	26 997,32	22 124,68
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	400,97	2 125,35
		28 974,60	27 320,19
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	121 071,09	115 755,90
274	Proveitos diferidos	947 637,23	1 768 711,97
		1 068 708,32	1 884 467,87
	Total do passivo	1 097 682,92	1 964 955,29
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	3 958 163,06	4 749 975,88

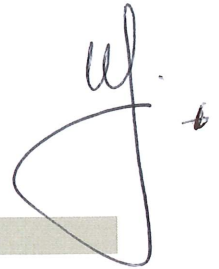

2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

Código das Contas POCAL		Grupo			
		2019		2018	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias				
62	Fornecimentos e Serviços Externos		1 309 643,85		976 085,65
641+642	Custos com o Pessoal				
	Remunerações	759 499,02		571 967,22	
643 a 648	Encargos Sociais	208 937,68	968 436,70	141 975,26	713 942,48
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais		1 040 400,38		0,00
66	Amortizações do Exercício		272 267,39		85 313,59
67	Provisões do Exercício		0,00		53 167,23
65	Outros Custos e Perdas Operacionais				
	(A).....		3 590 748,32		1 828 508,95
68	Custos e Perdas Financeiros		2 079,63		218,67
	(C).....		3 592 827,95		1 828 727,62
69	Custos e Perdas Extraordinários		0,00		654,59
	(E).....		3 592 827,95		1 829 382,21
88	Resultado Líquido do Exercício		76 025,95		-16 535,23
			3 668 853,90		1 812 846,98
PROVEITOS E GANHOS					
7111	Vendas e Prestações de Serviços				
	Venda de Mercadorias				
7112+7113	Vendas de Produtos				
7114+7119	Outras Vendas			879,17	879,17
712	Prestações de Serviços				
72	Impostos e Taxas		100 488,80		88 425,60
(a)	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a Própria Entidade				
73	Proveitos Suplementares				
74	Transferências e Subsídios Obtidos		3 371 338,48		1 692 868,58
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais				
	(B).....		3 471 827,28		1 782 173,35
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		0,00		107,85
	(D).....		3 471 827,28		1 782 281,20
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		197 026,62		30 565,78
	(F).....		3 668 853,90		1 812 846,98
Resumo:					
	Resultados Operacionais: (B) - (A):		-118 921,04		-46 335,60
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A):		-2 079,63		-110,82
	Resultados Correntes: (D) - (C):		-121 000,67		-46 446,42
	Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E):		76 025,95		-16 535,23


3 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(em €)

RECEBIMENTOS	2019	2018
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1 308 060,16	1 279 679,28
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	1 294 217,93	1 260 103,04
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	13 842,23	19 576,24
RECEITAS ORÇAMENTAIS	3 418 093,79	2 791 806,71
01 IMPOSTOS DIRETOS	0,00	0,00
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	100 054,80	87 880,70
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	0,00	0,00
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 022 262,75	1 572 794,42
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	0,00	0,00
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5 182,23	879,17
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	1 200,00	0,00
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	288 560,11	1 130 187,51
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	833,90	64,91
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3 127 499,78	1 661 554,29
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	289 760,11	1 130 187,51
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	833,90	64,91
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	700 134,88	353 593,99
TOTAL	5 426 288,83	4 425 079,98
PAGAMENTOS	2019	2018
DESPESAS ORÇAMENTAIS	3 384 005,12	2 757 691,82
01 DESPESAS COM PESSOAL	976 483,79	709 581,40
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1 104 522,83	1 049 034,76
03 JUROS E OUTRAS ENCARGOS	0,00	0,00
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 040 400,38	0,00
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	245,08	464,67
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	262 353,04	998 610,99
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
10 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CORRENTES	3 121 652,08	1 759 080,83
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	262 353,04	998 610,99
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	699 933,63	359 328,00
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	1 342 350,08	1 308 060,16
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	1 328 306,60	1 294 217,93
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	14 043,48	13 842,23
TOTAL	5 426 288,83	4 425 079,98



4 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.1 – INTRODUÇÃO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) é omissivo quanto às normas respeitantes à consolidação. Desta forma, optou-se por apresentar as contas consolidadas, de acordo com as orientações previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (que aprova a Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo) e as instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos Municípios para o exercício de 2010 e seguintes (enquanto perdurar o regime transitório previsto no art.º 5.º da citada Portaria), as quais apresentam uma sugestão de um modelo de estrutura do Anexo, com as notas adicionais emitidas para o exercício de 2014, com abordagem das entidades intermunicipais.

Consequentemente, o modelo sugerido pelo SATAPOCAL foi adotado na elaboração do presente Anexo. Face à ausência, em ambos os normativos acima indicados, sobre a numeração das notas do modelo, indica-se que, as não apresentadas neste Anexo, ou não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores são expressos em euros.

Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
		%	Valor (€)		
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	Quinta das Cegonhas, apartado 577, 2001-907 Santarém	-	-	Entidade-Mãe	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Taguspark, Edifício Ciência 11, n.º 11-3, Porto Salvo	1,77	54 865,05	Entidade Não Controlada	MEP

CARGO/CATEGORIA	N.º MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO	
	CIMLT	N.º TRABALHADORES A 31/12/2019
Dirigente Intermédio	0	0
Técnico Superior	18	18
Assistente Técnico	3	3
Assistente Operacional	23	31
Informática	2	2
Outros	0	0
Total	46	54

b) Não foram excluídas entidades participadas do perímetro de consolidação.



Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Na consolidação de contas foram seguidos os princípios contábilísticos e orçamentais aplicados pela CIMLT (Entidade-Mãe), nomeadamente, os previstos nos pontos 3.1 e 3.2 do POCAL, e ainda os princípios estabelecidos no ponto 2 da Orientação n.º 1/2010, nomeadamente, a relevância e materialidade, fiabilidade, neutralidade, plenitude e representação fidedigna.

Não ocorreram situações que afetem a comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

b) Não existiram situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada.

c) No decurso do exercício, não ocorreram alterações na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Foram realizados movimentos extra-contábilísticos mencionados no ponto 2 do Relatório de Gestão Consolidado, para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

b) As diferenças de consolidação correspondem às diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo decompor-se em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição, não tendo havido, na medida em que não existem entidades participadas controladas.

e) Não ocorreram, entre a data do balanço das entidades do Grupo e a data do balanço consolidado, acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação, que não se encontrem já refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

h) Ao nível do cálculo das amortizações do exercício, foi utilizado o método das quotas constantes, tendo a CIMLT utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

i) Na contabilização, pela CIMLT, da participação em entidade de natureza empresarial foi adotado o custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1 do POCAL, que se transcreve: *“O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. (...)”* e adotado o MEP nas Contas Consolidadas.

Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos, desagregado por rubrica patrimonial (em €):

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		CIMLT	Total		2019	2018
2312	Empréstimos médio/longo prazos	0,00	0,00		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
268	Outros credores	0,00	0,00		0,00	0,00
<i>Total</i>		0,00	0,00		0,00	0,00

b) Montante (em €) total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM NOS 4 ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		CIMLT	Total		2019	2018
2312	Empréstimos médio e longo prazos	0,00	0,00		0,00	0,00
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00		0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	1 576,31	1 576,31		1 576,31	3 070,16
228+2618	Fornecedores – Fat. recep./conf.	0,00	0,00		0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		0,00	0,00
219	Adiant. clientes, contrib. e utentes	0,00	0,00		0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	26 997,32	26 997,32		26 997,32	22 124,68
264	Administração autárquica	0,00	0,00		0,00	0,00
262+263+ 267+268	Outros credores	400,97	400,97		400,97	2 125,35
<i>Total</i>		28 974,60	28 974,60	0,00	28 974,60	27 320,19

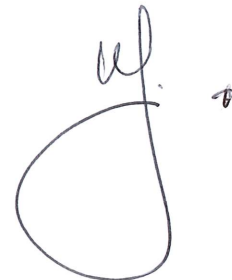
Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (em €), em 2019, desagregada por tipo (não existiram):



TIPO DE FLUXOS	CIMLT / MUNICIPIA										OBS.	
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS						
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL		
Transferências												
Subsídios												
Empréstimos												
Relações comerciais												
Participações do capital em numerário												
Participações do capital em espécie												
Outros												
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TIPO DE FLUXOS	MUNICIPIA / CIMLT										OBS.	
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS						
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL		
Transferências												
Subsídios												
Empréstimos												
Relações comerciais												
Participações do capital em numerário												
Participações do capital em espécie												
Outros												
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Nota 6. Informações relativas a compromissos

a) A CIMLT incorpora, no seu balanço consolidado, todos os compromissos financeiros.

Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas tiveram por base o ponto 4 do POCAL, destacando-se:

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondendo este à soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

No caso da avaliação do património da CIMLT, para efeitos de balanço inicial, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que, nos casos de impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o valor patrimonial tributário e o valor de mercado.

No cálculo das amortizações do exercício foi utilizado o método das quotas constantes, tendo a CIMLT utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril. Ao nível do direito de superfície relativo aos terrenos destinados à instalação do edifício sede da CIMLT e do próprio edifício foram consideradas taxas de amortização calculadas em função do período da cedência do referido direito de superfície.

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição nas contas individuais da CIMLT e pelo MEP nas contas consolidadas.

Existências

Não existem.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CIMLT, consideram--se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- ❖ 50% - para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- ❖ 100% - para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas a terceiros são classificadas em médio/longo prazo nos casos em que o Grupo possua um direito incondicional de diferimento da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as dívidas são classificadas em curto prazo.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

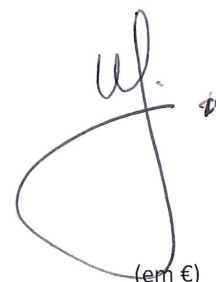


Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas

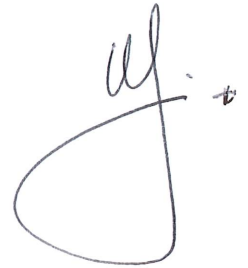
- a) A conta 43.3 “Propriedade industrial e outros direitos” inclui software informático, bem como o direito de superfície relativo aos terrenos destinados à instalação do edifício sede da CIMLT.
- b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões



 (em €)

ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANS./ABAT. REGULARIZ.	SALDO FINAL
De bens de domínio público: Terrenos e recursos naturais Edifícios Outras construções e infraestruturas Bens do patrim. histórico, artístico e cultural Outros bens de domínio público Imobilizações em curso Adiantamentos por conta bens dom. público					
De imobilizações incorpóreas: Despesas de instalação Despesas de investig. e desenvolvimento Propriedade industrial e outros direitos Imobilizações em curso Adiantamentos por conta imob. incorpóreas Diferenças de consolidação	107 676,40 1 245 775,63	10 547,26		-107 676,40 264 851,35	0,00 1 521 174,24
	1 353 452,03	10 547,26		157 174,95	1 521 174,24
De imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Ferramentas e utensílios Equipamento administrativo Taras e vasilhame Outras imobilizações corpóreas Imobilizações em curso Adiantamentos por conta imob. corpóreas	758 635,97 644 768,96 70 174,49 14 152,29 206 413,52 172 323,59 1 703 696,20	134 115,27 43 151,64 456,28 349,99	11 622,86	11 736,08 -23 648,67 -1 351 965,70	758 635,97 790 620,31 101 703,27 14 608,57 206 763,51 172 323,59 351 730,50
	3 570 165,02	178 073,18	11 622,86	-1 363 878,29	2 372 737,05
De investimentos financeiros: Partes de capital Obrigações e títulos de participação Investimentos em imóveis: Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Outras aplicações financeiras: Depósitos em instituições financeiras Títulos da dívida pública Outros títulos Imobilizações em curso Adiant. por conta de investim. financeiros	59 170,18			-2 400,95	56 769,23
	59 170,18			-2 400,95	56 769,23



AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

(em €)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	289 280,88	18 562,60	0,00	307 843,48
Equipamento básico	462 976,53	76 641,88	-1 991,34	537 627,07
Equipamento de transporte	62 840,79	2 719,12	-11 622,86	53 937,05
Ferramentas e utensílios	13 563,95	626,68	0,00	14 190,63
Equipamento administrativo	172 371,38	9 818,21	0,00	182 189,59
Outras imobilizações corpóreas	172 323,59	0,00	-23 648,67	148 674,92
	1 173 357,12	108 368,49	-37 262,87	1 244 462,74
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investig. e desenv.	107 676,40	17 428,00	-125 204,40	0,00
Propriedade industrial e out. direitos	904 733,52	146 370,90	125 204,40	1 176 308,82
	1 012 409,92	163 898,90	0,00	1 176 308,82
De bens de domínio público:				
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				

e) Não existem provisões para depreciação de existências do Grupo.

h) Não figuram, no balanço consolidado, dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

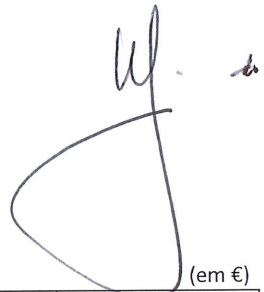
j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

DESIGNAÇÃO	2019	2018
Reembolso de seguros de acidentes de trabalho		€ 879,17
Cartografia		
Reposição de custas de processo		
Total	€ 0,00	€ 879,17

m) Remunerações líquidas atribuídas aos órgãos executivos:

ENTIDADE	2019	2018
CIMLT	€ 34 156,57	€ 34 382,29

n) Não consta qualquer valor na rubrica «Reservas de reavaliação».



q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados			781	Juros obtidos		
682	Perdas em entidades participadas	1 834,55		782	Ganhos em entidades participadas		107,85
683	Amortizações investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	245,08	218,67	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	-2 079,63	-110,82	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		0,00	107,85			0,00	107,85

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas			791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações	1 200,00	
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais		
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores		654,59	797	Correções relativas a exercícios anteriores	833,90	64,91
698	Outros custos e perdas extraordinárias			798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	194 992,72	30 500,87
	Resultados extraordinários	197 026,62	29 911,19				
		197 026,62	30 565,78			197 026,62	30 565,78

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados incluindo os movimentos ocorridos no exercício:

(em €)

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL		SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas				
292	Provisões para riscos e encargos	53 167,23		53 167,23	0,00
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total	53 167,23		53 167,23	0,00

Nota 9. Informações diversas

a) Acontecimentos após a data de relato

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Foi ainda declarado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, regulado pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias.

As restrições impostas quanto ao exercício de algumas atividades económicas e quanto à mobilidade dos cidadãos têm implicações óbvias na atividade da CIMLT, tanto ao nível das condições de trabalho dos funcionários, como ao nível das atividades a desenvolver.

Os previsíveis impactos económicos adversos, embora se desconheça ainda a sua verdadeira natureza e dimensão, terão, certamente, efeito na atividade e situação financeira da CIMLT, nomeadamente, no decréscimo de eventual receita própria em virtude da suspensão de algumas atividades e projetos previamente planeados, bem como na realização de despesas imprevistas, porque é nesta altura que o papel da CIMLT, conjuntamente com os Municípios associados - assim como de todos aqueles que o representam - assume talvez a maior importância das últimas décadas. Ao nível intermunicipal já foram aprovadas algumas medidas que visem mitigar, numa fase inicial os efeitos da pandemia.

Não sendo ainda possível quantificar qual o impacto financeiro, assume-se que os documentos previsionais aprovados para 2020 (assim como os orçamentos dos próximos anos) assentam num nível de receita que estará certamente comprometida. Ao nível da despesa, e igualmente, ainda sem noção do



Handwritten signature and initials, possibly 'ul' and 'ab', with a large circular scribble below.

real impacto financeiro, também os investimentos preconizados em sede de PPI estarão fortemente condicionados, face à necessidade de canalizar recursos financeiros para ocorrer à gravidade da situação.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



Pão Alvo & Associado - SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
CMVM n.º 20161541 / OROC n.º 248

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Grupo)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.958.163 euros e um total de fundos próprios de 2.860.480 euros, incluindo um resultado líquido de 76.026 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (Grupo)**, em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



Pão Alvo & Associado - SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
CMVM nº 20161541 / OROC nº 248

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Pão Alvo & Associado - SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
CMVM n.º 20161541 / OROC n.º 248

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Odivelas, 26 de junho de 2020

Pão Alvo & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Dr. José Pedro Araújo Ferreira Pão Alvo (ROC 1408)